

JUVENTUDE E POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS VEREADORES NO SUL DO BRASIL

GT22: Sociologia da Infância e da Juventude

NICOLETTI, André Selayaran.

Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Direito pela Faculdade Atlântico Sul de Pelotas. Advogado.

RESUMO

Este trabalho tem como propósito investigar a presença jovem nas Câmaras de Vereadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul na legislatura (2009-2012), apresentando as razões pelas quais o jovem ingressou na carreira política tradicional, colaborando com o arcabouço teórico sobre participação política, engajamento político, elite e trajetória política ajudando no fortalecimento de pesquisas sobre juventude e carreira política. Para isso recorreu-se a um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, observando que a construção da carreira política dos jovens vereadores na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado, corroborando os achados de Leal (2010) e Marengo e Serna (2007) de que a construção da carreira política na esquerda, centro e direita não é igual.

Esta pesquisa teve como natureza um processo exploratório quantitativo e qualitativo, propondo-se a traçar um mapeamento da elite política juvenil, eleita nas eleições de 2008, nas cidades que compõe a região sul do Estado do Rio Grande do Sul apontando a trajetória política dos jovens de acordo com o campo do espectro ideológico e suas percepções sobre temas que afetam a sociedade. Esperamos estar colaborando com a academia, ainda que minimamente, principalmente nos estudos que retratam a participação da juventude em espaços formais da democracia. Objetivamos avançar ainda mais na solidificação deste objeto por entendermos que estudos da presença das minorias são necessários para traçar um panorama da relação desses segmentos com a democracia.

Palavras-Chaves: Participação Política Juvenil; Trajetória e Carreira Política.

Introdução

Este trabalho tem como propósito investigar a presença jovem nas Câmaras de Vereadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul na legislatura (2009-2012), apresentando as razões pelas quais o jovem ingressou na carreira política tradicional, colaborando com o arcabouço teórico sobre participação política, engajamento político, elite e trajetória política ajudando no fortalecimento de pesquisas sobre juventude e carreira política.

O segmento social juvenil não tem se constituído como um destacado objeto de estudo nas Ciências Sociais, apesar de integrar um grupamento muito importante do ponto de vista social, político e econômico. A Ciência Política em específico tem debruçado pouca atenção a esta parcela da sociedade, principalmente no que tange a sua participação na política convencional. Em 2009 a professora da Universidade de São Paulo, Marília Sposito, realizou um levantamento do estado da arte sobre juventude, nas pós-graduações brasileiras de educação, ciências sociais e serviço social, cujo

resultado demonstrou uma completa inexistência de trabalhos retratando relações entre juventude e representação no parlamento federal, estadual e municipal, o que por si só justifica uma investigação nesse sentido.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualizados em janeiro de 2012, a juventude – compreendida entre os 16-34 anos – constitui cerca de 56 milhões de eleitores o que corresponde a mais de 41% do eleitorado brasileiro, uma população significativa populacionalmente e que necessita ser estudada com maior afinco.

Existe uma percepção no senso comum e, em alguns estudos acadêmicos, de que a juventude já protagonizou uma série de movimentos sociais, mas que nos últimos tempos encontra-se apática e inerte em relação à vida pública. Alguns cientistas chegam a afirmar que a juventude atual encontra-se apática e despolitizada não apresentando boas relações com as instituições democráticas. Entretanto, Cicchelli (2009) chama-nos a atenção que essa visão é uma distorção da realidade afirmando que os cientistas que assim preceituam fazem suas análises partindo da juventude da década de 80 – juventude essa ávida pela militância estudantil. A autora observa que a juventude atual mudou seu eixo de ação encontrando espaço nas associações, movimentos sociais e ONGs.

Pesquisas têm indicado que se existe apatia social ela não é característica exclusiva da juventude, mas de toda sociedade (BAQUERO e PRÁ, 2007). Estudos na área de Ciência Política vêm demonstrando que a participação política dos cidadãos de uma maneira geral é baixa no Brasil, havendo um descrédito muito grande por parte da população em suas instituições políticas, colocando o poder legislativo nas últimas posições em termos de confiabilidade (BAQUERO, 2003; MOISES, 2008).

Em relação à juventude, aqui compreendida como uma categoria social heterogênea, mas com características comuns que as unem, o que se verifica de fato é que os/as jovens têm apresentado preocupação com os desfechos políticos e com a agenda de reivindicações sociais, mas ainda apresentam resistência quanto à forma tradicional de fazer política, preferindo participar em movimentos sociais, ONGs e associações desvinculadas do Estado (BRENNER, 2011; BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006; MUXEL, 1997).

Verificamos que a participação política pode ser observada nas formas convencionais e nas não convencionais. A forma de participação política convencional, ou tradicional, refere-se às ações políticas como as diretamente ligadas aos processos eleitorais, votar, candidatar-se, ou trabalhar para eleger um candidato; enquanto às não convencionais tratam, sobretudo, de participações reivindicatórias, de expressão ou pressão, como greves, ocupações ou abaixo-assinados (BORBA e RIBEIRO, 2011).

Dessa forma, os escritos de Ciências Sociais e Ciência Política – principalmente os estudos de João Pedro Schmidt (2001), Madeleine Gauthier (2005), Rute Baquero (2008) e Marília Pontes Sposito (2009) têm centrado sua análise na participação dos jovens fora da arena da política tradicional, influenciados certamente pelos resultados das pesquisas que apontam um deslocamento do eixo de ação desse grupamento social. A participação dos/as jovens no processo político formal enquanto candidatos/as a cargos públicos, apesar de existir, não tem sido objeto de investigação da literatura especializada.

Vale lembrar que aqueles que exercem uma função política de representação – independentemente do segmento social que representam – constituem uma minoria em termos populacionais, ou uma elite. Para compor a elite política brasileira faz-se necessário lançar sua candidatura política, que envolve uma série de quesitos a serem cumpridos, correspondentes às condições de elegibilidade, entre eles a idade mínima de 18 anos para ser vereador, a fixação de residência eleitoral, a filiação a um partido político, entre outros.

Nesse cenário, a juventude, representa uma minoria frente ao exercício da detenção do poder e da prática política. Condição similar a outros grupos minoritários na sociedade como é o caso das mulheres e negros. Esses segmentos sociais, percebendo estarem à margem das grandes discussões públicas do país, têm se articulado e constituído diversos movimentos, organizando-se para levar suas demandas e pressionar o Estado por resultados, buscando formas de ampliar a sua representação política no país.

Diante da constatação de que a juventude, em sua maioria, tende a renegar a participação na política tradicional, preferindo ocupar outros espaços políticos, nasceu o interesse em investigar os motivos que levaram alguns jovens a candidatarem-se para cargos eletivos, impondo-se a seguinte problemática: quais as razões, valores e práticas levaram os/as jovens vereadores, eleitos (as) nas eleições municipais de 2008, na região sul do estado do Rio Grande do Sul¹, ao ingresso na carreira política convencional?

Considerando que a construção da carreira política difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007), estabeleceu-se como hipótese de pesquisa que os jovens eleitos por partidos de direita escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por ter uma linha familiar de atuação na política tradicional sendo, portanto, herdeiros de capital político, ao passo que os parlamentares da esquerda apresentariam uma vinculação mais forte com movimentos sociais, associações e entidades estudantis, construindo seu capital político na base desses movimentos. Enquanto os parlamentares do centro seriam os portadores de uma carreira política mais heterogênea, na medida em que posicionam-se na linha tênue do espectro ideológico e, portanto, sofrendo interferência de ambas correntes ideológicas.

Na tentativa de responder a problemática de pesquisa e validar ou não a hipótese que orienta este trabalho nos valem de um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa com o objetivo de identificar o perfil e a trajetória dos jovens vereadores eleitos em 2008, nos municípios que compõem a região sul gaúcha, em direção ao exercício da representação legislativa, identificando os principais espaços de socialização política desses jovens, as influências na escolha da agremiação partidária, bem como os padrões de recrutamento utilizados pelos partidos políticos e candidatos na construção da carreira política.

Juventude e Participação Política: os Mecanismos de Estímulo à Presença Jovem na Política Tradicional

Estudos têm demonstrado que os jovens vêm ocupando espaços fora do eixo institucional tradicional, ou seja, sua participação política tem sido verificada com maior incidência em instituições fora do eixo político-partidário (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Tendo em vista essa constatação nosso interesse passou a ser o de investigar como a literatura da área tem retratado aspectos relacionados à cultura política e como estudos tem encarado a participação política juvenil, suas formas de socialização e identificar quais mecanismos podem influenciar os jovens a engajarem-se com maior frequência do debate político institucional e partidário.

O conceito de juventude apresenta característica polissêmica contemplando uma pluralidade de significados semânticos no sentido de apresentar uma série de definições diversa e, na maioria das

¹ Considerou-se municípios que integram a Zona Sul gaúcha os integrantes da AZONASUL (Associação dos Municípios da Zona Sul), sendo eles: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

vezes, antagônicas da mesma categoria social denominada juventude. Grande parte da literatura destaca a dificuldade em circunscrever uma definição conceitual homogênea desse grupamento social o que dificulta a consolidação de uma teoria única sobre aqueles que estão às portas da vida adulta (GAUTHIER, 2005; NOVAES e VANNUCHI, 2004; SCHMIDT, 2001).

Existe, nos estudos da área social, uma convergência ao compreender os jovens como membros de uma categoria social moldada pelo comportamento da sociedade, mas há uma divergência significativa na forma de compreender essa categoria. Pierre Bourdieu (1983) chama-nos atenção para uma discussão teórica relevante: a existência de várias juventudes, ou como ele preceituou, pelo menos duas – a burguesa e a das classes populares. Segundo Bourdieu não há como tratar desse grupamento social de forma unívoca, pois estaríamos manipulando e abusando da linguagem. A crítica de Bourdieu é relevante no sentido de chamar a atenção ao fato de que existem variáveis e características que distinguem os atores, seja pela cultura a qual estão imersos, seja pela estrutura da sociedade que os condicionam a agir de determinada maneira. No entanto, apesar das diferenças internas que sabe-se que existe – tanto é verdade que nossa hipótese acena nesse sentido – parece-nos inconsistente com o propósito teórico encarar um grupamento social de tamanha relevância como se houvesse fragmentações capazes de gerar juventudes completamente distintas, pois os estudos de Schmidt (2001) demonstra que existem características gerais comuns à qualquer tipo de juventude. Alguns autores, talvez influenciados pelos escritos de Bourdieu, tratam do tema no plural, falando em juventudes (KRAUSKOPF, 2000).

Do nosso ponto de vista é crível que existam diferenças marcantes entre os jovens em uma mesma sociedade, no entanto essas diferenças não afastam a unidade dessa categoria. A juventude deve ser encarada como uma categoria social heterogênea, mas com características comuns que as unem. Dessa forma, filiamo-nos ao conceito adotado por Schmidt (2001, p.186), a saber:

Os conceitos de juventude e adolescência indicam fenômenos históricos e sociais (não existem do mesmo modo em todas as épocas históricas e em todos os meios de uma determinada sociedade), com diversidades internas (os segmentos juvenis de uma mesma geração podem ser, em algumas dimensões, tão diferentes entre si quanto de uma geração para outra), mas cujos componentes compartilham elementos culturais atitudinais comuns, próprios da sua geração.

Feito essas considerações nosso principal desafio passa a ser o de estabelecer a definição do recorte etário a ser utilizado para a seleção do objeto de análise. Esta pesquisa tem como propósito investigar o que a literatura tem chamado de “jovens adultos” (GAUTHIER, 2005), pois o enfoque é observar os jovens no espaço das instituições formais, precisamente, os jovens eleitos vereadores na última eleição municipal (2008) em vinte e dois municípios da região sul do Rio Grande do Sul. Sabe-se que a entrada no universo político tradicional enquanto candidato a vereador só é possível pelo ordenamento jurídico brasileiro aos 18 anos de idade. Portanto, nosso marco cronológico inicial para o recorte do objeto será 18 anos.

O limite etário máximo é o que nos causou maior problema em identificar. Em um primeiro momento pensamos em utilizar o corte etário estabelecido nos estatutos das alas jovens – setoriais juvenis dos partidos – no entanto verificamos que esse recorte não é homogêneo; enquanto o estatuto do PDT aponta a idade de 32 anos para figurar como membro da juventude o PP aponta a idade de 35 anos. Assim, pareceu-nos mais apropriado utilizar os parâmetros utilizados pelo Tribunal Superior eleitoral (TSE) que, baseado na Constituição Federal de 1988, estabelece a idade de 34 anos como integrante da faixa-etária de juventude. É que o texto constitucional considera que para candidatar-se a

determinados cargos é necessário ter certa idade, pressupondo que a prática da atividade política para os principais cargos do país – presidente e senador – necessitam de uma dada vivência, exigindo para tais cargos a idade mínima de 35 anos – acreditando que é nesta faixa-etária onde existe a passagem do universo jovem para o adulto. Portanto, respaldado por esse preceito legal utilizaremos a idade de 34 anos como o limite máximo para o recorte dos vereadores objeto desta pesquisa. Dessa forma, nosso recorte etário será os jovens vereadores eleitos na eleição de 2008 que na oportunidade possuíam entre 18-34 anos (os nascidos de 1974 a 1990).

As ciências sociais, em especial, a Ciência Política carece de estudos cuja temática verse sobre o engajamento político e juventude. A maioria dos trabalhos nesse sentido discute o engajamento/participação dos jovens em movimentos estudantis – característico desse grupamento social. Renato Della Vecchia (2011) em sua tese de doutorado demonstra que no período da ditadura militar a participação dos jovens no movimento estudantil era significativa. Através da análise das composições diretivas dos organismos de representação estudantil percebeu que existia uma forte relação entre seus militantes e correntes políticas tanto a direita como a esquerda do espectro ideológico. Militantes independentes eram raridade nesse universo.

No entanto, um arsenal de pesquisas tem demonstrado que esse engajamento político-partidário dos jovens tem dado espaço para a participação em mecanismos não-convencionais da democracia (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Também é verdade que a forma de reivindicação e engajamento mudou. Brenner (2011) cita estudos de Muxel, Riou e Lehay (2005) realizados junto aos jovens franceses. Seus achados permitiram extrair que apenas 1% (um por cento) dos jovens entrevistados militavam em partidos políticos e a maioria deles em partidos de esquerda. Entre as formas de engajamento/participação verificadas estão a assinatura de petições públicas (36% dos jovens entrevistados); greves (25%) e boicotes (17%). Ações mais violentas como o trancamento de vias públicas e a depredação de patrimônio aparecem com 6% e 2%, respectivamente.

Cunha (2011) citando dados do IBASE (2008) demonstra que 84,8% dos jovens e 83% dos adultos pesquisados nunca participaram de um partido político. O estímulo da participação dos jovens na política convencional faz-se necessário na medida em que as agremiações político-partidárias têm se tornado um espaço para os mais velhos e a oxigenação de ideias e nomes é uma realidade pouco presente na política brasileira (BRENNER, 2009). Talvez, preocupados com tal cenário, de um tempo pra cá os partidos políticos têm demonstrado preocupação em atrair os jovens para sua arena política. Fruto desse movimento temos as chamadas “alas jovens partidárias” que nada mais são do que setoriais juvenis dentro da estrutura partidária cujo objetivo é estimular a participação desse segmento nas diretrizes dos partidos. Segundo Brenner (2009) a existência desses setoriais dentro dos partidos políticos é prática relativamente recente no Brasil.

Cicchelli (2009) produziu uma das pesquisas mais importantes sobre engajamento político da juventude, contudo, sua análise deu-se com jovens europeus. Entre os resultados encontrados está a constatação de que os governantes e líderes políticos têm encorajado os jovens a engajarem-se politicamente e uma série de políticas públicas vem sendo implementadas com a finalidade de colocarem os jovens no centro do comando de vários programas e projetos. Alguns entrevistados chegaram a afirmar que os jovens possuem ideias inovadoras, mas precisam de algum controle que só o mundo adulto pode oferecer.

Interessante são as análises feitas por Cicchelli (2009) extraídas dos discursos das lideranças europeias. Sua análise permitiu concluir que os integrantes da extrema-direita tendem a ver os jovens como incapazes de exercer atividades ligadas ao poder. Ao passo que a tradicional direita compreende o processo de entrada dos jovens no mundo político como aprendizes capazes de aprimorar seus conhecimentos, mas pouco aptos para assumirem grandes responsabilidades. As lideranças entrevistadas na pesquisa que não possuíam vínculos com nenhuma agremiação política acreditam que

os jovens são capazes de exercer ações de comando, mas restringindo-se aos temas ligados as suas causas. É na esquerda do espectro ideológico onde as ações políticas dos jovens são vistas com maior otimismo. Nas palavras de Brenner (2011, p.60) *“os jovens seriam os portadores de uma visão de mundo original, que os adultos não possuem”*.

Como podemos observar o universo da política tradicional tem apresentado resistência quanto à participação dos jovens nas diretrizes políticas. Do que adianta a presença jovem ser vista com otimismo se a essa categoria social não é dado poder? Nesse sentido Brenner (2011) e Cicchelli (2009) corroboram a afirmação de que as agremiações político-partidárias têm se constituído como um universo fechado para as jovens lideranças. ainda que, no Brasil, os estudos de Kerbauy (2005) tenham demonstrado que há um rejuvenescimento nas Câmaras Municipais de Vereadores – como veremos adiante.

Contudo, é crucial que se diga que apesar dos estudos demonstrarem um decréscimo da participação dos jovens nos espaços da política tradicional ainda existem jovens que militam nesse cenário as pesquisas sobre eles precisam ser realizadas para chegar a resultados que permitam responder os motivos que os levaram a opção de engajamento em um partido político e a participarem da política como representantes e/ou militantes já que o que há décadas atrás era regra – participação em partidos - tornou-se nos dias atuais a exceção.

Singer (2005) demonstra que 84% dos jovens acreditam que podem mudar o mundo – a juventude deseja ajudar o mundo a mudar e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política do que pela ação direta. O autor destacou ainda que 83% dos entrevistados demonstraram que sabem se posicionar politicamente, o que indica um grau surpreendente de posicionamento político, o qual cresce com a escolaridade. Existe um equilíbrio entre os jovens, na sua distribuição entre esquerda e direita. Segundo dados da pesquisa citada por Singer (2005) 32% dos jovens estão na direita do espectro ideológico, 27% na esquerda e 23% no centro – esses dados demonstram o posicionamento dos entrevistados e não sua relação com os partidos. No entanto, como já visto, os estudos de Brenner (2011) sugerem que a participação dos jovens em partidos políticos dá-se em maior número na esquerda. Diante desses resultados é possível afirmar que existe um equilíbrio ideológico entre os jovens, no entanto, os militantes mais a esquerda possuem vínculos mais sedimentados com os partidos políticos.

A participação política a luz da tese da convergência e da divergência

As seções anteriores já demonstraram que a participação política tem se constituído como um objeto fortemente investigado no meio acadêmico fruto da relevância que tal temática incita nos estudos de ciência política pela importância em demonstrar a sua relação com o fortalecimento e amadurecimento da democracia. Na Grécia a presença dos homens no universo político era a verdadeira regra social onde política e participação eram praticamente sinônimos. No entanto, como vimos, ao passar dos tempos a participação política passou a assumir particularidades muito próprias, pois a liberdade dos povos modernos afastou grande parte dos indivíduos das questões políticas (CONSANT, 1985).

Nessa direção a democracia – que na Grécia assumia contornos universais² – passa a ser encarada dentro de uma lógica representativa, onde os cidadãos escolhem uma elite política para representá-los nas fatias do poder. A essa participação a literatura especializada tem chamado de

² Quando falamos em “contornos universais” estamos nos referindo ao fato de que todos aqueles considerados cidadãos gregos participavam de forma ativa da vida política. É importante destacar que na Grécia uma parcela significativa da sociedade era excluída do processo político como as mulheres e pobres.

participação na política convencional. Outro tipo de participação também é encontrada nas sociedades contemporâneas: a chamada participação não convencional – caracterizada pelo engajamento em espaços fora da arena tradicional. Borba e Ribeiro (2011) afirmam que os estudos têm utilizado essas duas tipologias como as mais aceitas para classificar a diferenciação entre as diversas formas de participação, destacando que a participação convencional esta ligada ao momento eleitoral, como o ato de candidatar-se, por exemplo; enquanto a participação política não convencional pressupõe o desenvolvimento de atividades ligadas às ações coletivas como participar de associações e protestos.

Nessa perspectiva, há uma robusta produção acadêmica buscando demonstrar se essas duas formas de participação são complementares ou de exclusão. Segundo Borba e Ribeiro (2011,p.96-97):

As respostas caminham em duas direções: de um lado estão aqueles defensores da tese da “convergência”, ou seja, participação convencional e não convencional caminham juntas e são expressões dos repertórios de ação de uma cidadania mais crítica (Norris, 2002) e portadora de valores pós-materialistas (Inglehart, 1998; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005). Por outro lado, autores como Robert Putnam têm lançado um olhar de preocupação para o declínio dos índices de engajamento cívico e de acréscimo dos movimentos de protesto. Contra a tese de convergência esboçada acima afirma-se a “divergência”, ou seja, solapamento das bases sociais e culturais para o funcionamento efetivo da democracia (Putnam e Goss, 2003).

Portanto, verifica-se que a inquietação da literatura está em revelar se os atores sociais que participam das atividades atribuídas à forma convencional também participam de forma complementar das formas não convencionais e vice-versa, baseados, sobretudo, na tese da convergência – defendida, principalmente por Pippa Norris, Ronald Inglehart, Cristian Welzel e Franziska Deutsch – cujo entendimento pressupõe que a participação convencional e não convencional caminham juntas. Tese que vai de encontro aos estudos de Robert Putnam e Kristin Goss, os quais, identificando um declínio dos índices de engajamento cívico, lançam mão da tese da “divergência” afirmando que os atores que integram as formas convencionais de participação não necessariamente estão imersos ou complementam os movimentos de protesto característico das formas não convencionais de participação (BORBA e RIBEIRO, 2011).

Nessa direção tentaremos recuperar essa discussão neste artigo visando testar se na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul a participação dos jovens vereadores caminha para uma convergência ou para uma divergência.

O espectro ideológico dos partidos políticos no Brasil

Muito foi falado acerca da distinção que circunda esta seção, ou seja, a existência de polos opostos no pensamento político denominado, esquerda e direita. Partindo da constatação de que ainda é fortemente presente na conjuntura política tal distinção, parece-nos relevante elencar como os estudos de ciência política têm posicionado os partidos políticos brasileiros no transcorrer do espectro ideológico. É importante que fique claro que a literatura especializada não é unânime na classificação dos partidos políticos no Brasil. As divergências aparecem, na maioria das vezes, na classificação dos partidos posicionados mais ao centro.

Ressalta-se que não é nossa pretensão discutir os critérios utilizados pelos autores na classificação do espectro muito menos esmiuçar as características que a literatura aponta para caracterizar um posicionamento político de direita, centro ou esquerda já que consideramos existir

uma infinidade de autores brasileiros que debruçam-se nesta temática, entre eles: André Singer, Argelina Figueiredo, Cesar Zucco Jr, Eduardo Leoni, Fernando Limongi, Gabriela da Silva Tarouco e Rafael Machado Madeira. Entretanto, extraímos desses trabalhos os principais elementos caracterizadores de cada posicionamento político a fim de colaborar com as análises que faremos.

Esta dissertação versa sobre os jovens vereadores eleitos em vinte e dois municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Esses jovens estão distribuídos entre os seguintes partidos: PP, DEM, PSDB, PDT, PT, PMDB, PTB. Nossa pretensão é classificar essas agremiações através da literatura especializada. Assim, passamos a classificar esses partidos ao longo do espectro.

O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma legenda criada sob a ótica da esquerda cuja agremiação congregava sindicalistas do ABC paulista liderada por Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Schmit (2000, p.49) “*foi a única legenda cujas lideranças não se encontravam na classe política tradicional*”. De acordo com os estudos de Rodrigues (2002) tal legenda apresenta uma expressiva composição de bancada formada por professores e profissionais oriundos de camadas populares com pouca renda, praticamente inexistindo na bancada petista empresários. A massiva maioria da literatura tem classificado o Partido dos Trabalhadores como um partido de esquerda (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; DESPOSATO, 2007, RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993). Assim, este estudo filia-se a esse posicionamento colocando o PT na esquerda do espectro ideológico.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Sua composição e formação estão alicerçadas no antigo MDB (SCHMIT, 2000). Um dado parece claro para todos os autores: o PMDB não é nem nunca foi um partido de esquerda ou aproximado a ela. A dúvida está em revelar se essa agremiação partidária constitui-se no centro ou na direita. Olavo Brasil de Lima Jr (1993) o colocou como um partido de direita, entretanto, tal classificação foge aos padrões adotados pela literatura contemporânea. Assim, filiamo-nos ao entendimento dos que classificam o PMDB como um partido de centro (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; DESPOSATO, 2007, RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993).

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – Criado em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e formado por dissidentes mais à esquerda do PMDB contrários à liderança de Orestes Quércia na seção paulista do partido. Defendiam a adoção do sistema parlamentarista. Nos anos 1994 e 1998 ocuparam o posto máximo do país tendo como presidente Fernando Henrique Cardoso (SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO & POWER, 2000). A literatura tem situado, invariavelmente, o PSDB no centro do espectro ideológico (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; SCHMIT, 2000; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993).

Partido Progressista (PP) – É unívoco os estudos que analisam a conceituação do Partido Progressista (antiga ARENA/PDS/PPB) classificando-o como um partido de direita. Sua fundação remonta a antiga Arena e possui um viés conservador e voltado para o livre comércio. Nos estudos de Rodrigues (2002) é demonstrado que a composição de sua bancada é composta, em sua maioria, por grandes proprietários rurais. Seus parlamentares possuem um substancial patrimônio. Na prática parlamentar e em embates que exigem a predisposição ideológica o PP mantém firme a sua posição em convergência com a agenda de direita (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR, 2009; DESPOSATO, 2007; RODRIGUES, 2002; SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; LIMA JR, 1993).

Democratas (DEM/PFL) – Considerado o partido mais à direita do espectro ideológico. Formado por dissidentes do antigo PDS inconformados com a indicação de Paulo Maluf para concorrer às eleições presidenciais de 1989. Antiga Frente Liberal cujas bandeiras encontram-se alicerçadas nas ideias de direita. Sua composição social é composta massivamente por empresários e entre seus filiados

estão figuras associadas ao Regime Militar e à antiga Arena (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR, 2009; DESPOSATO, 2007; RODRIGUES, 2002; SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Fundado depois de perder uma contenda judicial pela disputa da herança do trabalhismo varguista teve como principal liderança o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (SEVERO, 2008; MELO, 2004 apud LIMA, 2007; MELO, 2005; SCHMIT, 2000). Situado na esquerda do espectro ideológico (TAROUCO e MADEIRA, 2011; BRENNER, 2011; ZUCCO JR, 2009; RODRIGUES, 2002, FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – Tem como herança o trabalhismo varguista e na redemocratização brasileira da década de 80 ressurgiu sob a liderança da deputada federal Ivete Vargas (RODRIGUES, 2002, SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Esta agremiação político-partidária foi a que nos causou maior dificuldade em classificar já que a literatura diverge sobre sua caracterização, sendo que parte dos especialistas a considera de direita (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR, 2009, FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995) e outra parte a coloca no centro-direita do espectro ideológico (BRENNER, 2011; KINZO, 2005). Nesse sentido, Rodrigues (2002, p.22), destaca: *“do prisma ideológico, na avaliação da maioria dos pesquisadores, o PTB é colocado no campo da direita; na do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) é classificado como de centro-direita”*. Tendo em vista tal divergência, filiamo-nos ao entendimento de parte da literatura que coloca o PTB no centro do espectro, mesmo sabendo que tal classificação não é a utilizada pela maioria da literatura da área. Entretanto, essa escolha deu-se, sobretudo, pela pouca clareza programática verificada em tal agremiação (RODRIGUES, 2002) o que, corrobora os achados de Bobbio (1995) de que os partidos de centro são os menos nítidos programaticamente.

Feito essas observações parece-nos pertinente traçar o espectro ideológico. Filiamo-nos ao entendimento de que o PT e o PDT constituem a esquerda do espectro; o PTB, PMDB e PSDB o centro e o DEM e o PP a direita. É partindo dessa caracterização que este trabalho irá se alicerçar, tendo em vista que a hipótese que orienta este trabalho está vinculada com o espectro ideológico, pressupondo que a construção da carreira política difere conforme o campo ideológico ao qual o partido esta inserido.

Trajetórias Políticas: Uma análise da produção acadêmica brasileira nesse cenário

A literatura brasileira sobre trajetórias e recrutamento político de lideranças vem demonstrando que as carreiras políticas na esquerda e na direita do espectro ideológico não são iguais. Esses estudos, baseados, sobretudo, em dados empíricos, elucidam que variações no padrão de carreira política podem ser explicadas pelo perfil social das bancadas e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; PANEBIANCO, 2005; RODRIGUES, 2002). O que as análises problematizam é que os partidos de esquerda e de direita possuem formas distintas de recrutamento partidário e os atores envolvidos nessas relações apresentam características claras que os distingue ideologicamente. Sendo assim, nosso desafio passa a ser o de explicitar essas diferenças.

Uma variável importante nos estudos de carreiras políticas está associada à relação partidos políticos/profissão do candidato. O que os estudos de Marengo dos Santos e Serna (2007) e Rodrigues (2002) sugerem é que os partidos mais à esquerda do espectro ideológico recrutam seus candidatos no setor público, na classe média assalariada - entre lideranças associativas e de movimentos sociais. Ao passo que a direita apresenta um padrão de recrutamento mais elitista e tradicional recrutando candidatos entre proprietários urbanos, rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada. Na esquerda, por exemplo, existem mais professores, funcionários públicos e

profissionais ligados às ciências humanas, possuindo também maior participação de assalariados e integrantes de camadas populares. Em contrapartida, na direita estão em maior número advogados, médicos e profissionais ligados ao ramo empresarial (MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; RODRIGUES, 2002).

As carreiras políticas dos parlamentares da esquerda e da direita também diferem quando o assunto volta-se para as relações existentes entre associações coletivas e candidatos ao legislativo. Observa-se que os candidatos de partidos da esquerda apresentam maior vínculo de participação prévia em associações coletivas (associações de bairro, conselhos, entidades estudantis, etc) o que permite afirmar que suas bases são mais concentradas e seu capital político construído de maneira mais coletiva. Já os candidatos da direita apresentam menor engajamento em associações coletivas e seu capital político descende dos recursos e capitais sociais individuais que possui (notoriedade, uso da profissão e das relações de parentesco) apresentando uma base eleitoral mais dispersa (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007). Esses achados encontram respaldo na concepção de capital político de Bourdieu (1989) o qual afirmava existir duas formas de constituição do capital político: o pessoal (ou de reputação individual) e o de investidura – segundo o qual a bagagem política do indivíduo estava atrelada ao investimento feito por dada instituição a sua carreira. Afirmou: “*a instituição investe naqueles que investiram na instituição*” (p.191).

Maria Teresa Kerbauy (2005) realizou um importante trabalho junto aos legislativos municipais buscando traçar um perfil de carreira dos vereadores de todo o país. Seus achados possibilitaram perceber que há uma predominância masculina nas vereanças por todo o Brasil e, na maioria das Câmaras de Vereadores, os ocupantes do posto parlamentar possuem em média o ensino médio completo, sendo que as mulheres apresentam um grau de instrução mais elevado. Um estudo longitudinal permitiu compreender um fenômeno de rejuvenescimento dessa classe política – hoje a maioria dos vereadores tem entre 30 e 50 anos de idade.

Marengo dos Santos e Serna (2007) perceberam que nos partidos mais a esquerda do espectro ideológico existe uma maior dependência dos parlamentares com a estrutura do partido, ou seja, para ser eleito o parlamentar precisa estar apoiado e vinculado pela agremiação partidária. Já nos partidos de direita essa dependência é menos emblemática uma vez que outros elementos como o capital econômico e relações estabelecidas pela ocupação profissional permitem ao candidato depender menos do partido e mais de seus capitais individuais.

O patrimônio dos parlamentares também é uma variável importante nos estudos de carreiras políticas. Rodrigues (2002) percebeu que os parlamentares com maior patrimônio estão situados na direita do espectro ideológico enquanto os com menos recursos patrimoniais estão localizados na esquerda. Uma posição intermediária dessa variável está situada no centro. Outra variável que precisa ser introduzida nas análises de trajetórias é a relação entre gastos de campanha/votos obtidos uma vez que os estudos de Lemos, Marcelino e Pederiva (2010, p.388) indicam que a força do capital econômico importa para o sucesso das campanhas eleitorais afirmando que “*os eleitos gastam, em média, cinco vezes mais do que os não-eleitos*”.

Conclusão

Respaldados pelos estudos de carreira política (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; PANEBIANCO, 2005) tínhamos como hipótese central de que a construção da carreira diferia conforme a linha do espectro ideológico ao qual o jovem parlamentar estava vinculado, ou seja, partimos do pressuposto de que os jovens eleitos por partidos de direita escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por ter uma linha familiar de atuação na política tradicional sendo, portanto, herdeiros de capital político, ao passo que os parlamentares da

esquerda apresentariam uma vinculação mais forte com movimentos sociais, associações e entidades estudantis, construindo seu capital político na base desses movimentos. Já os parlamentares do centro seriam os portadores de uma carreira política mais heterogênea, na medida em que posicionam-se na linha tênue do espectro ideológico e, portanto, sofrendo interferência de ambas correntes ideológicas.

Dos vinte e dois municípios deste recorte, quinze deles contou com jovens vereadores na legislatura (2009/2012), o que corresponde a um percentual significativo de 68,18% dos municípios, um dado interessante já que demonstra uma tendência de que a população acredita que um jovem pode representar os seus interesses, ainda que outros elementos estejam inseridos nesse processo. A Câmara Municipal do Chuí é a que apresenta o maior número de jovens no poder legislativo municipal com 55,55% das cadeiras ocupadas por esse segmento. Seguido pelo município de Jaguarão (33,33%), Morro Redondo (22,22%) e Pinheiro Machado (22,22%). Se a presença de jovens nas câmaras de vereadores é significativa o mesmo não se pode dizer da presença desse segmento no processo eleitoral, enquanto candidatos ao cargo de vereador. A média de participação do segmento jovem na disputa por vaga nos vinte e dois municípios abarcados por este trabalho é de 16,26% corroborando o entendimento de Baquero (2008); Nazzari (2006) e outros de que a juventude tem se afastado da política convencional.

Constatamos que na classe política juvenil investigada prepondera a tese da convergência, ou seja, 73,33% dos jovens entrevistados afirmaram que apesar de estarem envolvidos na política tradicional também participam ativamente de formas alternativas da política como a presença em associações, movimentos sociais e entidades desvinculadas do engajamento político-partidário, sendo que mais da metade deles (54,54%) participam ou participaram de mais de uma instituição desse tipo. Poderíamos ser levados a pensar que quanto menor for a cidade menos associações desse tipo seriam encontradas – fato que não se verificou já que em todos os municípios existem organizações da sociedade civil, principalmente ligadas a área social.

Nessa direção, amparados pelos achados de Marengo & Serna (2007) esperávamos encontrar um maior número de jovens de esquerda vinculados na liderança dessas instituições já que seus estudos encontraram que parlamentares da direita possuem menor engajamento em associações coletivas enquanto os da esquerda apresentam maior vínculo de participação prévia nessas associações. Entretanto, na elite política investigada por este trabalho encontramos que tanto os vereadores de esquerda, centro e direita possuem penetração em segmentos da sociedade civil o que denota uma homogeneidade de participação entre os espectros. Com o esmiuçar dos dados verificamos que apesar de todas as linhas do espectro ter penetração nos movimentos da sociedade civil é na esquerda onde o vínculo entre instituição e candidato se mostra mais estreitado na medida em que suas candidaturas tiveram como base o trabalho desenvolvido no interior desses espaços, principalmente nas associações de bairro e nos movimentos sociais. O índice de vinculação direta entre participação e candidatura, entre os parlamentares da esquerda, foi de 75%. Entre os jovens de direita e centro essa vinculação entre participação e candidatura é de 28,57 e 25%, respectivamente.

Ainda no que concerne a esquerda do espectro verifica-se uma maior proximidade entre os jovens parlamentares e o partido político, o que permite afirmar que as agremiações dessa linha ideológica apresentam maiores níveis de institucionalização partidária. A média de filiação partidária dos jovens parlamentares, antes de elegerem-se vereador, foi de 6,25 anos o que indica que antes de tornarem-se candidatos já militavam no partido político. A totalidade dos entrevistados afirmou que o convite para que concorressem partiu do próprio partido seguindo a tendência dos achados de Leal (2010) de que nos partidos mais enraizados institucionalmente os atores políticos tendem a desenvolver suas carreiras no e para o partido, engajando-se como militante precocemente. Entre os jovens da esquerda 75% dos entrevistados afirmaram que filiaram-se ao partido político pela identificação que

tinham com a sigla. Essa faixa do espectro é a que apresenta maior domínio quanto às diferenças programáticas entre as linhas do espectro ideológico o que mostra uma formação política consistente.

Seguindo na verificação da hipótese central deste trabalho passamos a analisar as características dos jovens parlamentares de direita. Partimos do pressuposto de que “os jovens eleitos por partidos de direita escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por ter uma linha familiar de atuação na política tradicional sendo, portanto, herdeiros de capital político” e é isso que procuramos testar. Entre os jovens vereadores de direita entrevistados 71,42% possuíam algum familiar vinculado ao universo político tradicional (ex-veredores, candidatos a prefeito e vice-prefeito, candidatos a vereador, ex-secretários municipais), validando, portanto, a nossa hipótese. Nota-se que nos partidos de direita há uma forma de recrutamento partidário nas relações de parentesco – uma das formas levantadas por Leal (2010) e Marengo dos Santos e Serna (2007). Entre os jovens vereadores da esquerda não existe, em nenhum dos entrevistados, qualquer relação de parentesco que possa ter influenciado na construção da carreira política. Outra variável importante no recrutamento de lideranças desse espectro é o uso da profissão como alternativa para a captação de votos, 42,85% deles, antes de concorrer a vereador, desempenhavam a função de conselheiro tutelar (também provido pelo voto popular) – capitalizando-se politicamente o que certamente colaborou na captação de votos.

Para testar os níveis de aproximação entre os jovens de direita e seus partidos políticos recorreremos às mesmas variáveis já evidenciadas na análise dos jovens de esquerda. Assim, constatamos que a média de filiação partidária entre os parlamentares de direita, antes de elegerem-se vereador, foi ainda maior que na esquerda: 8,33 anos, o que indica que muito antes de consolidarem-se como candidatos já militavam no partido político. Se na esquerda tínhamos a totalidade dos entrevistados afirmando que concorreram a convite do partido, o percentual dessa forma de recrutamento na direita é também significativo, porém menor: 57,14%, demonstrando um grau de enraizamento institucional partidário razoável, porém menor que na esquerda do espectro. Entre os jovens de direita 54,54% afirmaram que escolheram a sigla partidária pela identificação que tinham com o partido – essa forma de filiação mostra um maior vínculo entre atores e agremiação político-partidário tendo em vista que a escolha pela filiação partiu de um conhecimento prévio do programa partidário. Na direita um fenômeno interessante é verificado: uma maioria, 57,14% tende a negar a existência de blocos ideológicos, sustentando que essa distinção não existe mais já que posicionamentos tradicionalmente considerados de direita estariam sendo incorporados por lideranças de esquerda e vice-versa. Há, portanto, uma nítida tendência entre os vereadores de direita em negar sua posição no espectro ideológico, talvez pelo fato dessa corrente política ter sido, no Brasil, fortemente vinculada ao regime militar (MAINWARING, MENEGUELLO & POWER, 2000).

Por fim, passamos a verificar a validade da hipótese no tocante aos partidos de centro, a saber: “os parlamentares do centro seriam os portadores de uma carreira política mais heterogênea, na medida em que posicionam-se na linha tênue do espectro ideológico e, portanto, sofrendo interferência de ambas correntes ideológicas”. Esta linha do espectro é a menos enraizada institucionalmente. A totalidade dos seus jovens parlamentares tiveram algum familiar vinculado a política tradicional o que permite-nos afirmar que é a linha com a maior influência das relações de parentesco. Seus parlamentares apresentaram o menor tempo médio de filiação no partido político, antes de tornarem-se vereador: 3 anos – o denota pouco tempo de militância política na sigla, se comparado aos jovens dos outros espectros. Se na esquerda e no centro verificamos uma maioria que afirmou terem sido candidatos a convite do partido, aqui, 75% destacou que a vontade pessoal em ser um vereador foi o caminho para que se consagrasse candidato. E no que diz respeito ao conhecimento das distinções programáticas dos espectros verifica-se que 75% dos entrevistados confundem as diferenças

ideológicas com o binômio “situação/oposição”, talvez pela dificuldade desse campo do espectro em constituir uma identidade ideológica, já que assumem posturas de ambas as linhas ideológicas.

Nota-se que os jovens vereadores de esquerda são os que apresentam maior aproximação com o partido político, revelando uma forte institucionalização partidária desse campo ideológico – são políticos de reputação partidária para usar as palavras de Leal (2010). Os jovens de direita também apresentam um razoável vínculo com o partido, no entanto, em comparação com a esquerda do espectro, apresentam índices percentualmente menores. É o centro do espectro o mais volátil institucionalmente já que seus jovens apresentam pouca aproximação com o partido político, apresentando fortes traços de uma fraca institucionalização partidária, onde a maioria de suas lideranças foi recrutada com base em um capital político individual. Assim, constata-se, pelo menos no caso investigado, que quanto mais aos extremos estiverem os campos ideológicos maior serão os níveis de vinculação entre atores políticos e agremiação partidária, ao aproximarem-se os campos, há uma maior tendência de haver um frágil vínculo entre parlamentares e suas siglas.

Referências Bibliográficas:

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni; VENTURINE, Gustavo. **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.443-464, 2007.
- BAQUERO, Rute. Jovens e participação sociopolítica – em que paradigma de participação suas ações se inserem? In: BAQUERO, Rute (Org.) **Agenda Jovem. Os Jovens na Agenda**. Ijuí: Editora Unijui, 2008, p.123-142.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.83-108, Nov, 2003.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamericanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. (Org.). **Forma de (ex) pressão juvenil e (in) visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2011, p.55-77.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRENNER, Ana Karina. **Jovens de partidos: a experiência da socialização política**. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, USP, 2009.

- BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: USP, 2011
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação Convencional e Não Convencional na América Latina. In: BAQUERO, Marcelo (Org.). **Cultura (s) Política (s) e Democracia no Século XXII na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.95-118.
- CICCHELI, Vincenzo. **The Contemporary Engagement of Young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping**. Itália: Italian Journal of Sociology of Education, 2009, p.104-127.
- CUNHA, Patrícia Rodrigues Chaves da. Capítulo 2 – Cultura Política e Participação Democrática. In: **Tese Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- DELLA VECCHIA, Renato da Silva. **O Ressurgimento do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2011, 413pg.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n.58, 2º semestre de 2004, pp.7-28.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon/ RENNÓ, Lúcio (Org). **Reforma política – Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.249-280.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, Magma; RENNÓ, Lúcio (org). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.38, n.3, 1995, pp.497-525.
- GAUTHIER, Madeleine. A participação dos jovens na vida cívica. In: CASTRO, Lúcia Rabello de; CORREA, Jane. **Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005, p.57-76.
- IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Pesquisa: “Juventude e Integração Sul-Americana: Diálogos para Construir a Democracia Regional”**, Brasil, IBASE, 2008, p.01-20.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/> Acessado em: 05/10/2012.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Acessado em: 20/08/2012.

- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. In: **Opinião Pública**, Vol. XI, n.2, Campinas, Outubro, 2005, p.337-365.
- KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Coord.) **La participación social e política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: Clasco, 2000.
- LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2010, 102pg.
- LEMONS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, Vol.16, n.2, novembro, 2010, p.366-393.
- LEONI, Eduardo. Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, n.3, 2002, pp.361 a 386.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. In: **Lua Nova**, n.70, São Paulo, 2007, p.139-170.
- MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.22, n.64, junho 2007, p.93-113.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da Experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.23, n.66, São Paulo, fevereiro de 2008, p. 11-43.
- MUXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, São Paulo, 1997, p.151-166.
- NAZZARI, Rosana Kátia. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, 212pg.
- NORRIS, Pippa. Recruitment. In: KATZ, R e CROTTY, W. **Handbook on Political Parties**. London: Sage Publications, 2006, pp.89-108.
- NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Apresentação do Livro. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.7-17.
- ORTIZ, Marcos Afonso. Enfoque participativo. In: **2º Seminário de Redesenvolvimento**. São Paulo, outubro/2005, p.1-9.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, 369pg.
- SCHMIT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro – Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 – 1994**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

- SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte, Argumentum, 2.v, 2009.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Liberalismo, Conservadorismo e Partidos Políticos no Brasil. In: **XXVIII Congresso Internacional da ALAS**, Pernambuco, 2011.
- ZUCCO JR, Cesar. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: **Seminário Legislator Views**, Princeton University, 2009.